



ACÓRDÃO Nº1721/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11551/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Anamã.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Sebastião Sampaio do Nascimento (Ordenador de Despesa), Francisco Nunes Bastos (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Giovana da Silva Almeida - 12197
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5562, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Anamã. Exercício de 2018.

Irregularidade. Regularidade. Multa. Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos da proposta de Voto-vista do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual do **Sr. Francisco Nunes Bastos**, ordenador de despesas da Câmara Municipal de Anamã no período de 01/01/2018 a 21/05/2018, com fulcro no art. 22, inciso III, "b", da Lei nº 2.423/1996-LO-TCE/AM, em razão da nomeação de parente em linha reta para ocupar cargo de assessoramento, em flagrante nepotismo, descumprindo o art. 37, *caput*, da Constituição Federal, bem como da Súmula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal;
- 10.2. **Julgar regular** a Prestação de Contas Anual do **Sr. Sebastião Sampaio do Nascimento**, ordenador de despesas Câmara Municipal de Anamã no período de 22/05/2018 a 31/12/2018, com fulcro no art. 22, inciso I, da Lei nº 2.423/1996-LO-TCE/AM;



ACÓRDÃO Nº1721/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. Francisco Nunes Bastos**, com fulcro no art. 54, inciso VI, da Lei nº 2.423/1996-LO-TCE/AM, no valor de **R\$ 13.654,39**, em razão da nomeação de parente em linha reta para ocupar cargo de assessoramento, em flagrante nepotismo, descumprindo o art. 37, *caput*, da Constituição Federal, bem como da Súmula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal, e fixar prazo de **30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;
- 10.4. Determinar** a instauração de processo administrativo para apurar o acúmulo ilícito de cargos públicos objeto do item VI da proposta de voto, devendo encaminhar a conclusão dos feitos a Corte de Contas em **180 dias** após a ciência do *decisum*:
- 10.4.1.** à Câmara Municipal de Anamã;
 - 10.4.2.** à Secretaria de Estado da Saúde – SUSAM;
 - 10.4.3.** à Prefeitura Municipal de Coari; e
 - 10.4.4.** à Prefeitura Municipal de Anamã
- 10.5. Determinar** ao Controle Interno da Câmara Municipal de Anamã a abertura de tomada de contas para apurar a responsabilidade por dano causado à administração objeto



ACÓRDÃO Nº1721/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

do item VIII da proposta de voto, nos termos do art. 182, §1º, inciso II, combinado com o art. 192, §2º, inciso III, todos da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM;

10.6. Dar ciência do julgado à (ao):

- 10.6.1.** Sr. Francisco Nunes Bastos;
- 10.6.2.** Sr. Sebastião Sampaio do Nascimento;
- 10.6.3.** Câmara Municipal de Anamã;
- 10.6.4.** Secretaria de Estado da Saúde – SUSAM;
- 10.6.5.** Prefeitura Municipal de Coari; e
- 10.6.6.** Prefeitura Municipal de Anamã.

Vencido o Voto-Vista da Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos pela Regularidade com ressalvas as contas do Senhor Francisco Nunes Bastos, quitação e regularidade as contas do Senhor Sebastião Sampaio do Nascimento, quitação e determinação.

11- Ata: 36ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 4 de Outubro de 2022

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente– não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES
Auditor-Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral